

OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES DA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM AUTISMO NO SISTEMA REGULAR DE ENSINO

THE CHALLENGES AND POSSIBILITIES OF INCLUDING STUDENTS WITH AUTISM IN THE REGULAR EDUCATION SYSTEM

Recebido em: 05/05/2025
Aceito em: 25/05/2025

*Juliana Teles Silva*¹
*Andréa de Paula Pires*²

RESUMO

Este artigo busca discutir sobre os desafios e possibilidades que envolvem o processo de inclusão dos alunos com autismo no sistema regular de ensino e as determinações legais que tratam sobre este aluno. Por meio de um levantamento bibliográfico envolvendo o tema, foi possível traçar resultados em que se evidenciou um número crescente de crianças com autismo na sociedade e na rede escolar. Ao mesmo tempo, ressalta-se a relevância da função do professor e de sua perspicácia em compreender estes alunos fazendo uso da procura incansável de uma formação adequada e colaborativa junto a outros profissionais da educação, sem desprezar o auxílio da utilização apropriada de recursos tecnológicos e pedagógicos acessíveis. Com o estudo, percebeu-se que os desafios ainda estão atrelados a capacidade do professor em trabalhar com estes alunos, visto que, os indivíduos com Transtorno do Espectro Autista possuem dificuldade na comunicação e no relacionamento com os outros colegas e, por consequência no processo de ensino como a leitura, cálculos e escrita, o que muitas vezes acaba gerando a exclusão e a saída desse aluno da escola. Por outro lado, se temos várias dificuldades também possuímos várias possibilidades de desenvolvimento de materiais e recursos pedagógicos para incluí-los e inseri-los na nossa sociedade.

Palavras-chave: Autismo. Desafios. Possibilidades. Inclusão. Ensino Regular.

ABSTRACT

This article aims to discuss the challenges and possibilities involved in the inclusion process of students with autism in the regular education system, as well as the legal provisions concerning these students. Through a bibliographic review on the topic, the study identified a growing number of children with autism in society and within the school system. It also highlights the importance of the teacher's role and their ability to understand these students by seeking appropriate and collaborative training with other education professionals, making use of accessible technological and pedagogical resources. The study revealed that challenges remain closely linked to the teacher's ability to work with these students, as individuals with Autism Spectrum Disorder often face difficulties in communication and social interaction, which affect learning processes such as reading, math, and writing, potentially leading to exclusion and school dropout. Despite these challenges, there are many possibilities for developing materials and pedagogical strategies that support their inclusion and integration into society.

Keywords: Autism. Challenges. Possibilities. Inclusion. Regular Education.

1 Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro

2 Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Paraná, Brasil.

Professora do Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) Irati- PR.

INTRODUÇÃO

A inclusão dos alunos com Transtorno do Espectro Autista no sistema regular de ensino requer superação de desafios, principalmente na parte de capacitação e preparação de docentes para trabalhar com as necessidades desses alunos, haja vista que, incluir pessoa com deficiência não se limita a efetuar somente a matrícula e garantir o seu acesso à rede de ensino, mas sim ofertar possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem do mesmo, para que, este dentro de sua capacidade e especificidade consiga se desenvolver. Cabe à instituição escolar, enquanto instrumento de desenvolvimento e aprendizagem, oferecer uma educação de qualidade a este aluno, de acordo com as suas singularidades.

Para Cunha (2014, p. 101) “não há como falar em inclusão sem mencionar o papel do professor. Pois é necessário que ele tenha condições de trabalhar com a inclusão e na inclusão”. Dessa forma, é essencial que os professores estejam preparados e aptos a receber esses alunos, para que estes consigam desenvolver-se.

No cotidiano escolar, frequentemente, muitos professores mencionam que não se sentem preparados para trabalhar com alunos autistas. Neste sentido, é essencial que as secretarias de educação oportunizem aos profissionais de ensino formações pedagógicas para desenvolver práticas de ensino capazes de atender as necessidades dos alunos com TEA, tendo em vista que essa não é somente uma obrigação dos professores especialistas em Atendimento Educacional Especializado (AEE), mas de todos os professores da rede de ensino.

Dessa forma, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao ensino e a inclusão dos alunos com Transtorno do Espectro Autista na rede regular de ensino, explicamos o desenvolvimento desse estudo como um instrumento de auxílio dos questionamentos dos desafios e das práticas eficazes do desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com TEA.

Para tanto, problematizaremos quais são os desafios e possibilidades que envolvem o processo de inclusão dos alunos com autismo no sistema regular de ensino, o que inclui os direitos dos alunos com Transtorno do Espectro Autista e como os professores podem contribuir para que a inclusão aconteça de forma efetiva, com a utilização dos recursos disponíveis, tornando esse trabalho uma fonte de aquisição de saber teórico metodológico para a prática escolar.

Assim, justificamos a escolha do tema deste trabalho a partir do interesse pessoal a respeito da necessidade e importância do assunto em relação ao processo de formação docente. Deste modo, enfatizo que o desejo em pesquisar acerca do autismo e temáticas relacionadas, surgiu das indagações e dúvidas pessoais de como planejar, agir e conduzir práticas pedagógicas inclusivas com crianças autistas. Mediante a suma importância deste conhecimento para a atuação docente, optei por este tema recente e desafiador em relação à produção de estudos e pesquisas publicadas com o intuito de ampliar meus saberes prévios, bem como construir de maneira rica, sólida e efetiva novos conhecimentos.

Nesse viés, é fundamental compreender o papel do professor como agente transformador, que vai conduzir este aluno no processo de ensino e aprendizagem, pois o mesmo deve ter o olhar atento às potencialidades de cada aluno, para que este seja incluído de fato, para que suas capacidades sejam desenvolvidas uma vez que, a escola deve ser um ambiente de acolhimento e inclusão, onde o indivíduo consiga desenvolver-se mesmo pos-

suindo limitações. Para tanto, para que o propósito deste estudo seja alcançado, o mesmo pesquisará os principais desafios encontrados pelas escolas ao receber esses alunos, e as possíveis soluções advindas desse levantamento bibliográfico; especificamente, a fim de detalhar o assunto. O estudo também fará um levantamento das leis e regulamentos em vigência para demonstrar quais são os direitos desses alunos no sistema regular de ensino, destacando como os professores podem contribuir para a inclusão dos alunos com TEA nas salas de aula do Ensino Comum e como a tecnologia e os possíveis recursos disponíveis no âmbito da educação de autistas, podem beneficiar no apoio ao ensino e aprendizagem.

Assim, para que o estudo se concretize na prática, o mesmo fará um estudo de natureza qualitativa com base em fontes bibliográficas para embasar os dados e fundamentar a pesquisa. O estudo perpetrará um levantamento de dados por meio de estudos de livros, revistas e trabalhos acadêmicos de como está sendo feita a inclusão dos Alunos com Transtorno do Espectro Autista no sistema regular de ensino, quais os desafios mais levantados e apontados pelos pesquisadores, e quais as propostas pedagógicas mais aplicáveis ao receber esses alunos nas instituições escolares.

A pesquisa também levantará dados sobre a importância da capacitação pedagógica por parte dos professores para o processo de ensino dos alunos autistas. Ao mesmo tempo, também serão levantadas as práticas pedagógicas mais utilizadas pelos docentes, ressaltando a importância ou não da tecnologia para o desenvolvimento dos alunos com TEA. Serão apontados quais são os direitos e as leis que ampara a inclusão desses alunos no sistema regular de ensino, assim como serão mencionados os artigos científicos mais correlacionados ao tema outrora publicado pelos autores, a fim de sistematizar o estudo de modo que, esta pesquisa torne-se um instrumento de ajuda pedagógica. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica caracteriza-se por ser um instrumento desenvolvido com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos que são catalogados e classificados para auxiliar o pesquisador em seu estudo.

HISTÓRIA DO TERMO DO ESPECTRO AUTISTA

Vários são os desafios evidenciados enfrentados na inclusão dos alunos com autismo no ambiente regular de ensino, desde que o termo “autismo” foi criado e estudado. Estudos descrevem que o termo decorre de origem grega e quer dizer “autós” ou “de si mesmo”, e foi empregado dentro da psiquiatria para denominar comportamentos humanos que se centralizam em si mesmo, ou seja, voltados para o próprio indivíduo (Orru, 2012, p.17).

Em torno de 1906, um psiquiatra chamado Plouller foi o primeiro a utilizar o termo autismo. Naquela época, ele concentrava seus estudos nos pacientes com esquizofrenia (Gaudere, 1993). Posteriormente a esses estudos e investigações científicas sobre o autismo, foi apresentado pelo Dr. Leo Kanner, na década de 1940, um estudo intitulado “distúrbio autístico do contato afetivo”, mais precisamente no ano de 1943, onde Kanner descreveu o Autismo como uma forma de psicose, explicando que poderia surgir devido à falta de afeto dos pais. Tal condição resultaria em um comportamento peculiar na criança, impossibilitando-a de criar laços com os demais, levando-a a se isolar, buscar refúgio na fantasia e desenvolver comportamentos obsessivos.

Paralelamente aos estudos de Kanner, em 1944, Asperger desenvolveu novas abordagens, que levaram outros pesquisadores, anos posteriores, a explorar as características

e ampla gama de sintomas apresentados pelo autismo, utilizando novas abordagens como referência. No momento, o autismo é classificado como um distúrbio do desenvolvimento que se manifesta por mudanças que surgem já em tenra idade, geralmente antes dos três anos, resultando em diversos e diferentes efeitos em áreas importantes do desenvolvimento humano, como a comunicação, interação social e aprendizagem (Mello, 2007, p. 16).

De acordo com Kuperstein e Missalglia (2005), à medida que as pesquisas científicas progrediram, concluiu-se que o autismo é caracterizado como um transtorno no desenvolvimento e não propriamente um transtorno efetivo.

Para Braunwald (1988), o autismo é descrito como uma síndrome que envolve um transtorno generalizado no desenvolvimento da personalidade. Nesse sentido, o autor indica que o autismo se caracteriza pela incapacidade da criança em estabelecer relações sociais comuns, ou seja, pela dificuldade de se comunicar, sendo definido como um distúrbio do desenvolvimento cerebral, embora sua causa seja incerta.

Segundo a classificação Internacional de Doenças adotada pela legislação brasileira, o autismo e a síndrome de Asperger foram absorvidos em um único diagnóstico. De acordo com a classificação, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) se manifesta no neurodesenvolvimento da criança, ainda muito cedo, antes do período escolar, e tem como característica prejuízos no funcionamento social, pessoal e acadêmico, os quais variam desde dificuldade na aprendizagem até no controle de atividades do dia a dia, assim como habilidades sociais e inteligência.

Biasão (2014, p. 115) descreve o TEA como “[...] uma doença do neurodesenvolvimento, de causas genéticas e ambientais e que afeta, aproximadamente, uma a cada 100 crianças”. De acordo com a autora, o TEA apresenta características diferentes, visto que alguns indivíduos acometidos por esse transtorno não falam e apresentam movimentos repetitivos, enquanto outros demonstram inteligência normal e interesses peculiares.

Nessa perspectiva, o Transtorno do Espectro Autista afeta principalmente a habilidade social, ou seja, os indivíduos que possuem esse transtorno têm sérias dificuldades de interagir com as outras pessoas e de socializar-se em grupos (Silva; Gaiato; Reveles, 2012).

De acordo com a nova classificação de deficiência mental, baseada no conceito publicado no ano de 1992 pela Associação Americana de Deficiência Mental, considera-se deficiência mental não mais um traço absoluto da pessoa que a tem, mas sim, um atributo que interage com seu ambiente físico e humano, os quais, por sua vez, precisam adaptar-se às necessidades dessa pessoa oferecendo-lhes os recursos necessários para ela interagir em 10 áreas de habilidades adaptativas, que são: comunicação, autocuidado, habilidades sociais, vida familiar, uso comunitário, autonomia, saúde e segurança, funcionalidade acadêmica, lazer e trabalho (David, 2015).

Com base nesses conceitos de desenvolvimento de pessoas com Transtornos do Espectro Autista e voltados para a área da educação, vários autores, como Freire (2000) destacam que o ato de ensinar é marcado pelo encontro com o outro e a inclusão escolar notoriamente provoca diversas mudanças, principalmente se tratando de atitudes diante do outro, visto que este não é um indivíduo qualquer, pois a socialização é o ponto primordial de nossa constituição como pessoa e como profissional.

Para Facion (2008), a educação de estudantes com transtornos globais do desenvolvimento, seja no ensino convencional ou no ensino especial, apresenta uma série de obstáculos. Dessa forma, é essencial que os professores realizem constantemente uma avaliação rigorosa de suas práticas pedagógicas, ajustando seus planos de ensino, adaptando ferramentas tradicionais e, ao mesmo tempo, desenvolvendo estratégias alinhadas às demandas específicas dos alunos.

Com base nos dados do último Censo Escolar da Educação Básica de 2022, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), observa-se um significativo aumento no número de matrículas de estudantes identificados com necessidades educacionais específicas. Dentro desse panorama, os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ocupam o segundo lugar no ranking de matrículas, totalizando 429.521 (Pereira, 2019; INEP, 2022). Por isso, a fim de garantir o direito e a inclusão desses alunos, o país busca trabalhar, criando leis para garantir a esses cidadãos que possuem algum tipo de limitação o pleno acesso ao sistema de alfabetização e aprendizagem.

LEIS QUE GARANTEM A INCLUSÃO DOS ALUNOS AUTISTA NO SISTEMA REGULAR DE ENSINO

A inclusão refere-se a incluir, tornar-se parte, integrar e corresponde à palavra-chave no processo de acolhimento dos alunos com algum tipo de necessidade especial. A inclusão na educação envolve receber todas as pessoas, sem exceção, no sistema educacional, independentemente de sua cor, classe social, condições físicas ou psicológicas. Geralmente, o termo é associado à educação inclusiva de pessoas com deficiência física, mental ou com distúrbios de comportamento.

Uma maneira tradicional de inseri-los na sociedade é começar incluindo-os em escolas regulares. A partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, indivíduos visionários buscaram assegurar os direitos das pessoas com necessidades especiais, acreditando que a educação é um direito de todos. O texto constitucional, em seu primeiro título sobre Princípios Fundamentais, artigo 1º, apoia e propõe melhorias significativas para a educação escolar, destacando a cidadania e a dignidade humana como metas essenciais para promover o bem-estar de todos, sem discriminação de origem, gênero, raça, cor, idade ou qualquer outra forma de preconceito, garantindo a igualdade de direitos e o acesso de todos à educação (Brasil, 1988). Posteriormente, com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 (Brasil, 1996), das Políticas Nacionais de Educação Especial e, sobretudo, da Declaração de Salamanca, que representou um avanço importante para o campo da educação inclusiva, as quais reiteraram o direito de todos à educação, inclusive das crianças e jovens com necessidades educacionais especiais que não estão inseridos no sistema tradicional de ensino. Assim, a LDB assegura a integração desses alunos nas escolas, representando uma conquista importante para o pleno desenvolvimento social e educacional das crianças, pois, quando as crianças são incluídas nas salas de aula regulares, isso se torna um fator essencial para que elas construam sua própria identidade (Facion, 2008).

A educação inclusiva é destinada a todos, sem fazer distinção por raça, cor ou religião, visto que o respeito às diferenças e à solidariedade têm sido valores fundamentais, uma vez que a inclusão tem se mostrado como um método educativo incondicional.

Desse modo, em sequência, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação criou-se, a Lei Berenice Piana nº 12.764/2012, que estabeleceu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, prevendo o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino e atendimento, por profissionais capacitados a desenvolver atividades com vistas à inclusão. De acordo com este novo ordenamento, o aluno com autismo tem garantido o seu direito de estar na escola e ter atendimento por profissionais preparados, como preconiza a legislação, não somente nas PAEE (Plano de Atendimento Educacional Especializado) mas também nas escolas de ensino regular.

Recentemente, estabeleceu-se a Lei 13.977/2020, a qual modifica a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), assim como a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, com o objetivo de criar a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea).

Atualmente, mais precisamente no corrente ano, um dos estados da Federação deu um passo muito importante em relação ao reconhecimento e à acessibilidade aos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista, desenvolvendo a Lei 21.964/2024 e o Código Estadual da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O estado do Paraná sancionou esta lei para garantir o diagnóstico precoce, a fim de que a pessoa possua acesso a Campanhas Educativas e também a Carteirinha de Identificação (Ciptea), assim como ao Porta-Documentos do condutor de veículos automotor autista.

Enfim, sabemos que, por mais que a lei garanta, ainda faltam condições apropriadas que legitimem, de fato, a alfabetização e a permanência destes alunos nas escolas, principalmente no que diz respeito, muitas vezes, à falta de formação dos profissionais docentes em trabalhar com estes alunos, haja visto que, em muitos casos, tem-se percebido o desconhecimento por parte dos profissionais em lidar com esse tipo de deficiência.

Para Orrú (2012), as pessoas autistas são ainda pouco compreendidas pela sociedade, devido à falta de conhecimento sobre esta condição. Cruz (2014) corrobora com essa ideia ao enfatizar que a exclusão dos autistas emerge de visão preconceituosa, mas que, de forma alguma suas limitações biológicas podem anular a sua existência cultural e social.

Segundo Baptista (2006), a inclusão na escola se dá mediante uma significativa mudança no ambiente escolar, com o objetivo principal de acolher o aluno com necessidades especiais. Isso implica em adaptar o ambiente escolar de maneira profunda, de modo que todos os funcionários estejam preparados para lidar com esse aluno de forma inclusiva, assegurando seus direitos como cidadão.

Portanto, percebe-se que, nos últimos anos, a mídia tem abordado extensivamente o tema da inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais, sendo tema recorrente em reportagens de variados veículos de comunicação, como revistas, jornais, artigos científicos e sites de informações e relacionamentos. Essa questão, debatida no âmbito social e educacional, requer a regulamentação eficaz do processo de inclusão para assegurar a igualdade de direitos. Exemplos notáveis dessa proposta de inclusão incluem o Tratado de Guatemala (Brasil, 1991), a Declaração de Salamanca (Brasil, 1994) e, mais recentemente, a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006).

Na área da Educação, tanto pública quanto privada, o principal instrumento de luta

em prol de uma educação inclusiva é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), a qual garante, em seu capítulo V, que a educação para estudantes com deficiência deve ser prioritariamente oferecida na rede regular de ensino, garantindo a esses alunos um currículo, métodos, técnicas e recursos educacionais específicos para atender às suas necessidades, de modo a incluir a todos.

Entretanto, só é viável promover a inclusão quando toda uma equipe está focada em um objetivo comum, que é garantir a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, possibilitando que esses estudantes desenvolvam suas habilidades de acordo com seu ritmo de aprendizagem. O corpo docente da escola, em conjunto com o apoio da família, pode caminhar lado a lado nessa batalha e alcançar excelentes resultados.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA INCLUSÃO DO ALUNO COM ESPECTRO AUTISTA

Importante mencionar que o ser humano é sujeito ativo, capaz de desenvolver e assimilar conhecimento ao longo de sua vida. Por isso, o processo de aprendizagem se faz fundamental ao indivíduo, pois diferentemente do animal o homem vai apropriando-se de conhecimento ao longo da vida e transformando o seu meio e a si próprio, através da interação com os demais sujeitos.

Sabemos, em muitos relatos, que são vários os desafios enfrentados no âmbito escolar quando as escolas recebem alunos com algum tipo de deficiência, ou em especial com Transtorno do Espectro Autista, em virtude da falta, muitas vezes, de conhecimento dos professores em saber como ensinar e trabalhar o processo de ensino e aprendizagem desses alunos. Contudo, autores vêm reforçar que a escola é um agente importante e fundamental para o aluno na aquisição de conhecimento.

Orrú (2010) vem corroborar com o exposto citando que:

Na perspectiva da abordagem histórico-cultural, o aluno é sujeito ativo de seu processo de formação e desenvolvimento intelectual, social e afetivo. O professor cumpre o papel de mediador desse processo [...]. Nesse processo de mediação, o saber do aluno, enquanto sujeito ativo é muito importante na formação de seu conhecimento. O ensino é compreendido como uma intervenção repleta de intencionalidade, inferindo nos processos intelectuais, sociais e afetivos do aluno, visando à construção do conhecimento (Orrú, 2010, p. 09).

Nesse viés, para a autora, diante da importância do papel da escola no desenvolvimento ativo enquanto sujeito, é de extrema relevância uma mediação pedagógica que leve em consideração o cotidiano e a formação de conceitos desse indivíduo para o seu desenvolvimento, haja visto, o déficit de neurodesenvolvimento do TEA.

Orrú (2012) aponta que uma das características marcantes no desenvolvimento da maioria das crianças com Transtornos do Espectro Autista, percebidas na escola, são os déficits de comunicação e linguagem, a ausência da linguagem verbal ou o seu desenvolvimento tardio, os quais se tornam grandes desafios para os docentes trabalharem o desenvolvimento da alfabetização com esses alunos.

Outro ponto destacado pela autora é a dificuldade dessas crianças, jovens e adultos de estabelecer relações sociais. Geralmente essas pessoas apresentam certas incapacidades quanto a interagir com seus pares e grupos, os quais não entendem esse comportamento peculiar.

Conforme o Manual para as Escolas (Brasil, 2011), é possível observar que algumas pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) também possuem aptidões especiais que, em muitos casos, permitem compensar eventuais dificuldades em outras áreas. Por exemplo, algumas dessas habilidades incluem destreza visual avançada, facilidade em compreender e reter conceitos, regras e sequências, excelente memória para detalhes ou informações mecânicas, capacidade de armazenar informações a longo prazo, habilidades em informática e tecnologia, interesse por música, concentração intensa em áreas de interesse particular, talento artístico e matemático, e um elevado senso de honestidade.

Essas áreas de habilidades podem determinar algumas possibilidades de investimento por parte dos docentes e da área de ensino para desenvolver práticas pedagógicas de desenvolvimento e inclusão efetiva desses alunos nas instituições de ensino.

Por outro lado, Mantoan (2003), vai ao contrário da publicação do Manual, pois evidencia que há vários aspectos desfavoráveis ao tentar proporcionar a inclusão da criança autista na escola, já que, na realidade, o que está sendo realizado é mais uma integração do que inclusão efetiva. Em determinadas situações, o autor cita que o que ocorre simplesmente é a inserção da criança autista na turma do ensino regular, uma vez que, quando esta criança é cobrada, ela não consegue acompanhar os demais estudantes dadas as suas dificuldades.

Silva (2007), vem corroborar com o exposto mencionando que:

A partir do momento que são exigidas do aluno as habilidades para ler, escrever e as habilidades matemáticas, instala-se os primeiros sinais da dificuldade e muitas vezes, acaba-se vivenciando a exclusão, como a saída do aluno da escola, ou a exclusão que instala na suposta inclusão (Silva, 2007. p.58)

Sobre essa questão, as palavras de Silva (2007, p. 159) ainda ressaltam o seguinte:

As escolas acolhem esses alunos, acreditando incluí-los, mas, muitas vezes, acabam por excluí-los, pois se deparam com extremas dificuldades para interagir no processo de ensino e aprendizagem frente as diferenciadas características do aluno com deficiência mental. Fica demonstrado, então, que sob o manto de tão discutida e debatida falta de formação anunciada por todos os professores, o que se percebe ainda, é a evidência de rótulos e estigmas fortemente arraigados no imaginário social de cada profissional, ou seja, o preconceito como construção social.

Em suma, a questão enfrentada pelas escolas públicas da exclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, em grande parte devido à falta de capacitação dos professores, se evidencia como outro grande desafio a ser enfrentado por todos, dado que, no país, o número de alunos especiais está crescendo. Na minha opinião, as escolas

devem garantir o direito das crianças especiais de serem incluídas e tratadas com respeito, pois todos somos iguais na diferença e não deveríamos agir com preconceito, algo que, infelizmente acontece diariamente.

A instituição de ensino precisa se organizar para garantir condições adequadas de acolhimento para esse estudante. Ou seja, a escola deve se ajustar ao aluno e não o contrário. É responsabilidade da escola fornecer recursos educativos que estimulem o progresso de todos os alunos, independentemente de suas dificuldades, de modo a promover uma compreensão da inclusão como um processo que requer novas abordagens e adaptações. Portanto, é essencial estar familiarizado com práticas inclusivas para impulsionar o desenvolvimento das habilidades dos alunos com necessidades especiais como ABA, SCAA, PECS, TEACCH. Pois, faz-se necessário que, os educadores compreendam que a inclusão de indivíduos com necessidades especiais em suas instalações dependa do comprometimento de todos em promover um ambiente de trabalho mais gentil e acolhedor, tendo em vista que respeitar as diferenças é essencial para quebrar paradigmas e para o desenvolvimento humano de cada indivíduo.

O USO DOS RECURSOS DA TECNOLOGIA NO DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM DO ALUNO COM TEA

Percebe-se que a tecnologia é um instrumento constantemente presente em nossos dias, tanto na hora de nos comunicar no trabalho quanto na hora do lazer. Ela está cada vez mais presente e tem mostrado que veio para ficar, pois assumiu um papel de relevância no cenário de transformação no modo de vida e de convivência dos indivíduos.

Nas escolas, cada vez mais, os professores estão se utilizando da tecnologia para aprimoramento e desenvolvimento do sistema de ensino e aprendizagem das crianças e adolescentes, e esta tem se mostrado um recurso importante para o desenvolvimento do conhecimento.

No ensino e alfabetização de pessoas com deficiência, a utilização dos recursos advindos da tecnologia configuram-se como um instrumento precioso, pois possibilita a eles o acesso ao currículo de ensino.

De acordo com Galvão Filho (2002), a tecnologia é um instrumento que garante independência no processo de aprendizagem, uma vez que as restrições físicas ou sensoriais podem dificultar a educação das pessoas com deficiência. Nessa perspectiva, Seabra e Mendes (2009) contribuem com essa ideia ao destacar a relevância da acessibilidade dos alunos com deficiência aos recursos tecnológicos nas escolas e os benefícios que estes trazem à autonomia destes sujeitos. Contudo, ao fazer referência à inclusão escolar, as referidas autoras reconhecem que “colocar um aluno com deficiência numa sala de aula sem oferecer recursos que possibilitem que ele enfrente as diferentes situações de forma funcionalmente competente pode não ser suficiente (Seabra e Mendes, 2009, p.1)”.

Neste aspecto, cabe mencionar que, mais do que fornecer recursos tecnológicos, os redutos escolares precisam também pensar no todo do processo, ou seja, principalmente em profissionais capacitados para fazer com que o processo de inclusão aconteça na prática, para que os estudantes com necessidades especiais se desenvolvam de forma equiparada como os demais. Nesse contexto, o acesso à tecnologia no campo da educação inclusiva vem beneficiar os alunos, uma vez que possibilita a eles ter acesso e inclusão ao currículo escolar como os demais alunos, haja vista que, lhes permite ter certa autonomia

para a compreensão e tradução de seu nível de ensino e aprendizagem por parte da classe docente.

Assim, pensando no âmbito da educação dos alunos com transtorno autista, a tecnologia tem se mostrado um recurso de extrema relevância, pois tem conseguido influenciar positivamente a forma de comunicação alternativa desses estudantes, haja visto que, estes possuem grande dificuldade nesta área de desenvolvimento. Entretanto, sabemos que, além dos recursos tecnológicos, possuímos várias outras opções que podem ser criadas e utilizadas pelos professores nas salas de aula para a efetivação da inclusão.

Galvão Filho (2009) menciona que, dentro da área da educação inclusiva, há uma infinidade de opções disponíveis, como recursos simples e baratos, que devem ser oferecidos nas salas de aula inclusivas. A disponibilidade e adaptação desses recursos podem ser feitas de maneira fácil e artesanal, muitas vezes criadas pelos próprios professores.

Segundo Bersch e Sartoretto (2017), a comunicação alternativa é uma forma de tecnologia assistida que se destina às habilidades de comunicação. Ela pode ser desenvolvida com recursos de baixo custo e ser simples, tanto quanto com recursos de alto custo e ser mais sofisticada, dependendo das necessidades da pessoa. O mais valioso, porém, neste processo de comunicação alternativa é que esse se configura um caminho para os professores e profissionais que trabalham com alunos com autismo, para desenvolver seu processo de ensino e alfabetização, se utilizando de recursos como a criação de recursos de baixos custos, como PCS – (Símbolos de Comunicação Pictórica).

Para Baptista (2006), é fundamental, neste processo, que os profissionais especializados possuam conhecimentos sólidos para promover a inclusão de alunos autistas. No entanto, mais importante do que simplesmente compreender a deficiência é maximizar as habilidades técnicas daqueles que ensinam. O educador é responsável pela prática de ensino, enquanto a aprendizagem está inteiramente nas mãos do aluno. Dessa forma, o professor tem à sua disposição diversas ferramentas e, conseqüentemente, passa mais tempo com o educando.

Conforme Mantoan (2009), para garantir a inclusão de verdade, é fundamental uma transformação na forma como a educação é abordada. Não se trata apenas de integrar os alunos com necessidades especiais, mas também aqueles com dificuldades de aprendizagem, a fim de que todos alcancem o sucesso na sua trajetória educacional. Dessa forma, é imprescindível que os educadores coloquem a inclusão como prioridade, mesmo sabendo que, na maioria das vezes, o fracasso escolar não está relacionado aos alunos considerados especiais, mas sim àqueles classificados como normais.

É possível afirmar que os desafios para a inclusão de alunos autistas são numerosos. A condução das aulas em turmas com alunos especiais não é responsabilidade exclusiva do educador; depende também da organização do sistema educacional como um todo. Isso demonstra a importância da integração entre ensino regular e especial, que devem progredir em conjunto.

A prioridade da escola deve ser a promoção da aprendizagem, o que presume uma mudança significativa nos métodos de ensino atualmente empregados, uma vez que a percepção dos professores sobre a inclusão de alunos autistas está distorcida (Mantoan, 2006). O autor ressalta que os educadores enfrentam algumas dificuldades ao lidar com

essas crianças, tais como: compreender a linguagem dos autistas, entender o significado dos rituais e lidar, principalmente, com a agressividade manifestada pelos alunos. Portanto, é fundamental que a escola seja estruturada para oferecer suporte adequado a todos os professores que estão enfrentando esses desafios.

A esse respeito, destaca-se a importância dos professores investirem em capacitações e cursos de atualização sobre a inclusão de alunos com TEA, além da pós-graduação, uma vez que essa prática requer conhecimento científico específico. Por isso, a formação continuada é fundamental (Mantoan, 2006).

Levando em conta as demais opiniões expressas, ressaltamos também a importância dos recursos lúdicos, que são considerados como principais estratégias educacionais empregadas para auxiliar o processo de ensino e aprendizagem de alunos com TEA. Exemplos desses recursos incluem jogos e recortes, que se alinham à visão de Luckesi (2015), afirmando que o uso do lúdico contribui para o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo do aluno com TEA, além de auxiliar na habilidade psicomotora (Luckesi, 2015).

De acordo com Lima (2022), os jogos educativos são considerados como ferramentas pedagógicas essenciais para reduzir os sintomas clínicos do transtorno, tais como falta de atenção, impulsividade e problemas de socialização. Essa abordagem possibilita a interação dos alunos de maneira favorável, estimulando sua curiosidade e resultando em melhorias tanto na cognição quanto na socialização (Lima, 2022).

Resumidamente, existem várias estratégias a serem exploradas, demonstrando que é viável a integração de pessoas com necessidades especiais ou específicas em escolas regulares, contanto que os educadores adotem abordagens e recursos que facilitem a aprendizagem do conteúdo, uma vez que esses alunos requerem métodos que levem em conta suas diferenças individuais, como o uso da linguagem não verbal e atividades recreativas (Silva; Boncoski, 2020).

O PAPEL DO PROFESSOR NA INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA

É fundamental que o professor compreenda plenamente a relevância de sua atuação ao dar início à integração de uma criança com autismo infantil e necessidades educacionais especiais. Um educador habilidoso tem o poder de criar inúmeras oportunidades, ao compreender como cada criança com autismo absorve informações e identificar as estratégias de ensino mais adequadas, levando em consideração as características únicas de seus talentos, interesses e potencialidades.

Nesse sentido, a Declaração de Salamanca (1994) propõe que:

É preciso repensar a formação de professores especializados, a fim de que estes sejam capazes de trabalhar em diferentes situações e possam assumir um papel chave nos programas de necessidades educacionais especiais. Deve ser adaptada uma formação inicial não categorizada, abarcando todos os tipos de deficiência, antes de se enveredar por uma formação especializada numa ou em mais áreas relativas a deficiências específicas (Declaração de Salamanca, 1994, p. 27).

Fumegalli (2012, p. 40), vem corroborar citando que;

A formação continuada deve ser objetivo de aprimoramento de todo professor, porque o educador deve acompanhar o processo de evolução global, colocando a educação passo a passo no contexto de modernidade, tornando-a cada vez mais interessante para o aluno, a fim de que ele possa compreender que, na escola, ele aperfeiçoa sua bagagem. É nesse processo que o professor pode ver e rever sua prática pedagógica, as estratégias aplicadas na aprendizagem dos alunos, os erros e acertos desse processo para melhor definir, retomar e modificar o seu fazer de acordo com as necessidades dos alunos.

O professor tem a responsabilidade de criar abordagens de ensino que permitam ao aluno autista se expressar e evoluir. É fundamental adaptar o conteúdo do ensino às capacidades e interesses da criança, levando em consideração sua idade. O foco principal é proporcionar o ensino de maneira que promova a independência do aluno. Lidar com alunos autistas requer o desenvolvimento de estratégias educacionais inclusivas e respeitadas com as diferenças. A incapacidade de desenvolver um relacionamento interpessoal se mostra na falta de resposta ao contato humano e no interesse pelas pessoas, associada a uma falha no desenvolvimento do comportamento normal, de ligação ou contato. Na infância, estas deficiências se manifestam por uma inadequação no modo de se aproximar, falta de contato visual e de resposta facial, indiferença ou aversão a afeto e contato físico” (Gauderer, 2011, p. 14). Em muitas ocasiões, a comunidade escolar pode não compreender esse comportamento.

As manifestações do autismo podem causar o sentimento de exclusão por parte daqueles que não estão familiarizados com as peculiaridades desse transtorno. Por conseguinte, lidar com um estudante autista apresenta desafios significativos, exigindo um bom embasamento e preparo para acompanhá-lo adequadamente. Além da qualificação acadêmica, a empatia e a habilidade do professor têm papel crucial na compreensão e no manejo do aluno autista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que integrar crianças autistas no ensino regular não se mostra de forma alguma uma tarefa fácil, mas sim uma ação árdua que envolve toda a comunidade escolar. Desde a constituição de 1988 seguindo com a Declaração de Salamanca em 1994, com a LDB em 1996, posterior com a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU em 2006, e a Lei Berenice Piana nº 12.764/2012 que as crianças autistas têm seu direito garantido na educação. Entretanto, ter direito não significa estar sendo atendida por tal benefício, pois vários autores ressaltaram dificuldades por parte das escolas em receber e fornecer, na prática, o processo de ensino e aprendizagem para esses alunos. Dessa forma, evidenciamos a difícil missão ainda das instituições em receber e estabelecer práticas pedagógicas de ensino capazes de suprir as necessidades de educação desses indivíduos portadores desta síndrome.

Por outro lado, autores vêm destacar o papel do professor como primordial para o desenvolvimento destes alunos, os quais, quando de posse de formação adequada e continuada com recursos acessíveis, são capazes de conseguir estabelecer um processo de conexão, fazendo com que estes estudantes consigam desenvolver-se socialmente e psicologicamente.

É relevante destacar também que os recursos tecnológicos são capazes de conseguir resultados extremamente positivos, uma vez que estes alunos possuem grandes dificuldades sensoriais e de neurodesenvolvimento. Contudo, percebeu-se que o mais significativo é o papel do professor, o qual será a figura central no processo, capaz de adaptar os recursos às necessidades deste aluno, fazendo com que este consiga, de fato, se inserir no ambiente escolar.

Em suma, a investigação comprovou a importância de que o estudo do professor deve ser constante e sua capacitação deve ser aprimorada para que as escolas, enquanto instituições, estejam preparadas para receber e incluir os alunos com autismo, haja vista que, perante a lei, estes são sujeitos de direitos e, como tal, podem e devem ter seus direitos garantidos, principalmente o seu desenvolvimento no ensino, o qual é obtido por meio do processo da educação. Observou-se que o uso da tecnologia deve ser visto sob uma perspectiva contribuinte e indispensável enquanto recurso pedagógico importante para o desenvolvimento desses alunos, desde que utilizado da maneira adequada. Porém, ressaltou-se que há inúmeros recursos de baixo custo acessíveis, aos quais os professores podem customizar para utilizar em suas práticas pedagógicas, o que demonstra a necessidade de continuação desta investigação para elencar quais seriam tais recursos de baixo custo para, assim, atender a este público aqui investigado.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 20 de setembro de 2022.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.
- BRASIL. **Lei n. 9394, de 23 de dezembro de 1996**. Lei que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, 1996, Brasília, DF.
- BRASIL. **Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 28 dez. 2012.
- BRASIL. **Lei nº 13.145, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência). Brasília: Ministério da Educação, 2015.
- BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência** - ONU. Disponível em: <portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 06 de junho de 2024.
- BAPTISTA, C. R. (Org). **Inclusão e Escolarização**: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006. 192p.
- BERSCH, R.; SARTORETTO, M. L. **Assistiva Tecnologia e Educação**. Disponível em: <assistiva.com.br/tassistiva.html>. Acesso em: 18 de julho de 2017.
- BENINI, W.; CASTANHA, A. P. **A inclusão do aluno com transtorno do espectro autista na escola comum**: Desafios e Possibilidades. Disponível em: <diadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_ped_unio-

este_wivianebenini.pdf >. Acesso em: 16 de maio de 2024.

BIASÃO, M. C. R. Transtorno do Espectro Autista. In: MORI, N. N. R.; CERZUELA, C. (Org.) **Transtornos globais do desenvolvimento e inclusão**: aspectos históricos, clínicos e educacionais. Maringá: Eduem, 2014. Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. Disponível em: <oas.org/juridico/portuguese/treaties/a-65.htm>. Acesso em: 06 de junho de 2024.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão**: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 5.ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2014.

CRUZ, T. **Autismo e Inclusão**: experiências no ensino regular. Jundiaí: Paco editorial, 2014.

DAVID, C. M. **Desafios contemporâneos da educação**. 1 ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

FACION, J. R. (Org.). **Inclusão escolar e suas implicações**. 2 ed. Curitiba: Ibpex, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FUMEGALLI, R. de C. Á. **Inclusão escolar**: O desafio de uma educação para todos? Ijuí, 2012 – Disponível em: <bibliodigital.unijui.edu.br/items/11d48667-ac81-40e6-96d8-44316c51e9fe>. Acesso em: 08 de maio de 2024.

GALVÃO FILHO, T. A. **As novas tecnologias na escola e no mundo atual**: fator de inclusão social do aluno com necessidades especiais? In: Anais do III Congresso Ibero-Americano de Informática na Educação Especial, Fortaleza, MEC, 2002. Disponível em: <www.galvaofilho.net/comunica.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2016

GALVÃO FILHO, T. A.. **A Tecnologia Assistiva**: de que se trata? In: MACHADO, G. J. C.; SOBRAL, M. N. (Orgs.). **Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade**. 1 ed. Porto Alegre: Redes Editora, p. 207-235, 2009. Disponível em: <galvaofilho.net/TA_dequesetrata.htm>. Acesso em: 06 de junho de 2024.

GAUDERE, C. **Autismo**. 3ª ed. Ed. Atheneu, Rio de Janeiro, 1993.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PRAÇA, E. T. P. O. **Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular**. Dissertação de Mestrado apresentada para o título de Mestre em Matemática na Universidade Federal de Juiz de Fora. 2011. Disponível em: <ufjf.br/ppgedumat/wp-content/uploads/sites/134/2022/09/elidatamarapratadeoliveirapraca.pdf>. Acesso em: 06 de junho de 2024.

Lei Estadual do Paraná 21.964/2024 que institui o Código Estadual da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: <aen.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2024-05/pl710.2023lei21.964_ass_1_0.pdf>. Acesso em: 18 de outubro de 2024.

Lei 13.977/2020 que institui a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea). Disponível em: <planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13977.htm>. Acesso em: 18 de outubro de 2024.

LIMA, I. P. de. **Estratégias de ensino na aprendizagem da matemática para alunos autistas**. Orientadora: Edilene Farias Rozal. 2022. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Matemática) – Faculdade de Matemática. Universidade Federal do Pará,

Capanema-PA, 2022.

LUCKESI, C. C. Ludicidades e atividades lúdicas: Uma abordagem a partir das experiências internas. **Nativa- Revista de Ciências sociais**. nº 2, 2015.

MANUAL PARA AS ESCOLAS. **Autismo & Realidade**. 2011. Disponível no site: <www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/Manual_para_as_Escolas.pdf>. Acesso em: 28 de maio de 2024.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2ªed. São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E. (org). **O desafio das diferenças na escola**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. 1 ed. São Paulo: Summus, 2006.

MELLO, A. M. S. Ros de. **Autismo: guia prático**. 6ª ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007. Disponível em: <ama.org.br/site/wp-content/uploads/2019/05/CAPA_GUIA_PRATICO_9_EDICAO_V3-mesclado-ALTA.pdf>. Acesso em: 28 de maio de 2024.

ORRÚ, S. E.. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

ORRÚ, S. E. **Contribuições da abordagem histórico-cultural na educação de alunos autistas**. Humanidades Médicas. Sep-Dic 2010; v. 10, número 3.

SEABRA, M.; MENDES, E. **Escolha dos recursos de alta tecnologia assistiva para a inclusão de crianças com paralisia cerebral**. In: Anais do V Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial. Londrina 2009. Disponível em: <uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2009/167.pdf>. Acesso em: 28 de maio de 2024.

PEREIRA, T. N. **Transtorno do Espectro Autista na escola: Desafios e perspectiva da educação inclusiva no município de Candeias**. 2019. Disponível em: <repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1488/1/2019_proj_tailanapereira.pdf>. Acesso em: 05 de setembro de 2024.

PEREIRA, L. R. SILVA, T. R. C. Uma breve análise do Transtorno do Espectro Autista (TEA): ABA, PECS, TEACCH, DIR/Floortime como métodos de ensino e aprendizagem na educação escolar. **Revista Espaço Acadêmico** – (241) jul./agosto./set.2023 – trimestral. Disponível em: <periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/68533>

SILVA, A. B. B; GAIATO, M. B; REVELES, L. T. **Mundo singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SILVA, K. F. W. da. **Inclusão escolar de alunos com deficiência mental: possíveis causas do insucesso**. 2007. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <lume.ufrgs.br/handle/10183/17040>. Acesso em: 05 de junho de 2024.

SILVA, F. B.; BONCOSKI, I. F. M. **O processo de aprendizagem do aluno com TEA**. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 9, p. 66303-66313, 2020.